



**DOSSIÊ: CAMPOS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA
ANTROPOLOGIA BRASILEIRA**

**POLÍTICAS E CAMPOS DA EXTENSÃO NA ANTROPOLOGIA BRASILEIRA:
UMA APRESENTAÇÃO**

***Extension policies and extension fields in Brazilian Anthropology:
a presentation***

Luciana Gonçalves de Carvalho

Professora na Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Pará e na Pós-Graduação em Ciências da Sociedade e em Sociedade, Natureza e Desenvolvimento da Universidade Federal do Oeste do Pará. Doutora em Antropologia no PPGSA/IFCS/UFRJ.

E-mail: lu_gcarvalho@yahoo.com.br

Luciana Chianca

Professora na Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal da Paraíba. Doutora em Antropologia na Université Bordeaux 2 (França).

E-mail: lucianachiancaufpb@yahoo.com.br

Áltera, João Pessoa, v. 2, n. 9, p. 12-19, jul./dez. 2019

ISSN 2447-9837

A pesquisa de inspiração participante marcou a busca por metodologias de construção reflexiva e dialógica de conhecimento na Antropologia, notadamente a partir dos anos 1970, no Brasil. O fazer antropológico se expandiu, então, consideravelmente, na percepção de que saberes acadêmicos, científicos ou humanísticos pressupõem uma fusão de horizontes com os conhecimentos populares e locais, sejam eles tradicionais ou não. Tal pressuposto transformou o cotidiano de muitos professores e pesquisadores, em um processo que foi traduzido pela progressiva incorporação da extensão ao binômio ensino-pesquisa, conectando conceitual e inexoravelmente a universidade pública com a sociedade e suas demandas.

A Constituição Federal de 1988, reconhecendo a importância da prática extensionista nas universidades brasileiras, ordenou-lhes a “obediência ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”, em seu Art. 207. Apesar do mandamento constitucional, porém, as ações de extensão permanecem subvalorizadas na formação e na vida universitária, até hoje. Em relação à formação de antropólogos e antropólogas, especificamente, vigoram concepções que rejeitam formas supostamente aplicadas da disciplina e aderem a critérios avaliativos próprios de uma cultura cientificista, que privilegia a pesquisa e considera a extensão como “a prima pobre” da universidade.

Não obstante, diversos trabalhos atestam o impacto da extensão na trajetória de formação de antropólogos e antropólogas, ao mesmo tempo que discutem as condições objetivas e subjetivas da implementação de ações e mediações antropológicas de caráter extensionista junto a diferentes grupos sociais. Com o intuito de fomentar tal debate, este dossiê reúne oito artigos capazes de dar visibilidade a questões conceituais, metodológicas, políticas, relacionais e pedagógicas da extensão universitária em diferentes contextos da atuação antropológica, abrangendo o Brasil de Norte a Sul.

Nos quatro artigos iniciais, a escola e a universidade são tomadas como espaços privilegiados para agir e para refletir sobre a extensão, entendida como uma dimensão constitutiva das experiências vivenciadas na formação de estudantes em diferentes níveis. Os processos enfocados nos textos se referem a iniciativas de educação formal e informal tão diversificadas quanto o ensino de redação em uma escola



de nível fundamental no Pará, a realização de uma oficina sobre gênero com jovens e adultos no Rio Grande do Sul, a organização de um congresso internacional em Santa Catarina e, ainda, o estabelecimento de medidas de institucionalização da extensão na Universidade Federal do Rio de Janeiro, no cenário de recente expansão das universidades federais.

No primeiro artigo da série, Carla Saldanha narra sua experiência como professora de redação para turmas de sexto e sétimo anos em uma escola de Belém/PA, em 2012 e 2013. Licenciada em Letras e bacharela em Ciências Sociais, a autora arriscou levar para a sala de aula a postura investigativa e questionadora própria da antropologia a fim de exercitar, junto aos seus alunos, o estranhamento dos universos aos quais os textos literários dão acesso. Como professora, estimulou-os a transitarem na literatura como se estivessem “em campo” e a buscarem, com base em questões dirigidas, informações para além dos textos. Dessa maneira, iniciou-os em pesquisas sobre os contextos históricos, políticos e culturais dos respectivos autores.

Saldanha destaca o trabalho realizado sobre a obra de Eneida de Moraes, uma escritora e jornalista belemense que se dedicou à militância no Partido Comunista, em meados do século XX. Chamando a atenção dos alunos para dois aspectos geralmente pouco explorados na escola – a produção literária local e a atuação feminina no campo literário –, a autora e educadora exercita responsabilidades que vão além do cumprimento do conteúdo programático. Embora seu trabalho não configure propriamente uma ação institucional de extensão universitária, tem o mérito de conectar diferentes campos do saber acadêmico em uma experiência extramuros.

Andressa Caroly e Thiago Luz optaram pelo trabalho com discentes da modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), em Porto Alegre/RS, para abordar a problemática da violência contra a mulher *cis*, *trans* e travesti. Em uma oficina realizada em 2017, da qual participaram homens e mulheres, os autores lançaram mão de suportes textuais e audiovisuais à guisa de recursos didáticos, a fim de debater temas como cotidiano e educação, na perspectiva do gênero. O exercício visou a elucidar processos de construção e legitimação de discursos violentos no espaço escolar e, ao mesmo tempo, identificar possíveis formas de resistência a eles.

No artigo resultante da referida oficina, Caroly e Luz assumem que a escola



é um componente específico da sociedade e defendem a adoção de um currículo questionador, reflexivo, autocrítico e comprometido com a desconstrução de essencialismos e discursos violentos. A ação extensionista que conduziram, analisada e compartilhada neste dossiê, sinaliza caminhos e propõe métodos para a construção de experiências mais inclusivas na educação.

A inclusão, associada a posturas essencialmente dialógicas, também delinea o horizonte de preocupações que motivou o grupo coordenado por Simone Lira da Silva e Miriam Pillar Grossi a se engajar nas atividades relativas à organização do 18º Congresso Mundial da *International Union of Anthropological and Ethnological Sciences* (IUAES), promovido na Universidade Federal de Santa Catarina, em Florianópolis, em julho de 2018. Em se tratando de um evento internacional, com três línguas oficiais e congressistas oriundos de todos os continentes do globo, a complexidade da tradução cultural, que é tão cara à tradição antropológica, foi um verdadeiro desafio para a equipe de organizadores; mas constituiu, simultaneamente, uma rica oportunidade de formação de estudantes de vários cursos de graduação, como atestaram os autores do terceiro artigo do bloco.

O destaque, no que se refere ao engajamento desses estudantes na organização do congresso como parte de um projeto de extensão, recai sobre o potencial pedagógico dessa experiência. O agenciamento das comunicações com os participantes, o gerenciamento das inscrições, a programação das atividades e escalas de horários do congresso, a produção de textos multilíngues, o apoio aos congressistas para a obtenção de vistos e a realização das atividades de secretaria são algumas das ações extensionistas narradas no artigo, que, ao fim, demonstra claramente que a organização de um congresso de tal porte, mais que um aglomerado de rotinas administrativas, é “um ato de política acadêmica”.

A dimensão política da extensão universitária é, mais uma vez, assinalada no artigo de Carla Dias, que parte de um projeto desenvolvido no Grupo Cultural Jongo da Serrinha, no Rio de Janeiro/RJ, para discutir como relações dialógicas de ensino-aprendizagem podem contribuir com processos de afirmação de identidades, valorização do patrimônio cultural e construção de condições de exercício da cidadania em uma comunidade marginalizada. O artigo enfatiza, ainda, as contribuições das



experiências de extensão universitária no processo de formação cidadã dos próprios extensionistas.

Dias sublinha a importância desse último aspecto, tendo em vista a necessidade das universidades públicas de estabelecerem mecanismos de inclusão social capazes de garantir a igualdade de oportunidades de acesso e permanência para todos os grupos sociais. Para a autora, tal urgência, recentemente acentuada no âmbito dos processos de reestruturação do ensino superior e de expansão das universidades federais no Brasil, abre um campo vasto para ações de extensão que, articuladas ao ensino e à pesquisa, promovam relações de sociabilidade e práticas reflexivas formadoras de uma “universidade inclusiva, diversa, aberta às transformações e ao diálogo”.

A categoria “diálogo” orienta todas as experiências extensionistas narradas nos quatro últimos artigos deste dossiê, levadas a cabo em zonas rurais e urbanas dos estados da Paraíba e do Rio de Janeiro, além de espaços virtuais. Em comum, tais experiências têm a atenção diferenciada que dispensam a processos de produção cultural e artística capazes de contribuir com a superação de desigualdades. Vídeo, cinema, fotografia, desenho, teatro e performance são alguns dos campos explorados nos projetos extensionistas que deram origem a essas quatro produções.

Exercitando o diálogo entre a antropologia e a arte, José Roberto P. Novaes relata a atuação entre 1977 e 1984 do GEAS, grupo de pesquisa e extensão universitária vinculado à pós-graduação em Sociologia e Economia Rural da UFPB de Campina Grande/PB, no artigo “Pesquisa acadêmica, produção de imagens e extensão universitária”. De maneira interdisciplinar e politicamente situada, o autor desvela o contexto de ditadura civil-militar e a luta pela redemocratização no Brasil, mostrando a conexão entre os objetivos da extensão universitária e a utilização de suportes visuais (fotografias e filmes) e cênicos (peças de teatro) na ação com comunidades do interior do estado, tanto da área rural quanto urbana.

Através desse artigo, que é um relato mnemônico, revisitamos o ambiente das experiências extensionistas interdisciplinares em ciências sociais no contexto político, social e acadêmico onde se buscam a “troca de saberes” e a luta por direitos. Esse universo relativamente distanciado da grande maioria dos extensionistas contemporâneos é apresentado com todas as tensões, dificuldades e enfrentamentos que tal



exercício impunha naquele período. É o que Roberto Novaes destaca, quando se refere à centralidade das cooperações que a universidade mantinha com associações, sindicatos, Igreja e outros parceiros da sociedade civil. Destaca-se, ainda, a original leitura contemporânea (e autocrítica) de uma sequência de experiências datadas de mais de trinta anos. Enquanto aponta os limites e alcances do vivido, esse artigo sinaliza paralelos e aproximações à nossa reflexão sobre a extensão contemporânea.

Igualmente gestado na Universidade Federal da Paraíba, o Cine-Bixa é um projeto inovador que compreende a realização de exposições e intervenções fílmicas sobre diversidade sexual e de gênero dentro e fora da academia. Com base em uma concepção de educação “enquanto instrumento de transformação social e libertação da opressão”, e com auxílio do recurso audiovisual, Luciana de Oliveira e o grupo envolvido no projeto investem na criatividade, no diálogo e na reflexão crítica como meios de promoção do acolhimento às diversidades de gênero.

Do ponto de vista conceitual, o projeto se baseia na teoria *queer*, cara à antropologia contemporânea, para estimular o debate crítico não-violento sobre as diversidades de gênero em uma sociedade opressiva e heteronormativa. Acionando linguagens alternativas e subalternizadas, opta pelo termo “bixa” com o propósito de “transformar, de forma transgressora e irreverente, algo com tons socialmente pejorativos (o suposto xingamento ‘bixa’), em resistência e militância”. A pertinência da iniciativa é demonstrada no relato das atividades elencadas no artigo, que alcançaram espaços e grupos distintos: um bar frequentado por homens jovens e de meia idade, heterossexuais; o auditório da UFPB, para membros do grupo Mães pela Diversidade, de Pernambuco e da Paraíba; e o Centro de Cidadania LGBT de João Pessoa, em um evento organizado pela Prefeitura.

O cinema volta à tela no artigo de Isabel Wittmann. Partindo da constatação de que os filmes são “o resultado final de uma série de processos criativos e autorais que na maior parte das vezes não são controlados por mulheres”, a autora de “Cinema e Mulher” revela como a desigualdade de gênero se constrói nesse campo desde a formulação da narrativa histórica sobre a presença da mulher no cinema. Apesar de invisibilizadas através de processos políticos que o artigo revela ao leitor com grande habilidade, reunindo fontes qualificadas e diversas, as mulheres ocupam esse lugar



desde a sua criação até os dias atuais. Num universo predominantemente masculino elas conquistam efetiva e crescentemente o reconhecimento nas diversas fases de produção e nas diferentes funções do cinema, além da pós-produção (crítica e divulgação).

Inspirado em diversas pesquisas e experiências que buscam a paridade de gênero no cinema, um grupo formado por antropólogas, jornalistas, linguistas e cineastas brasileiras concebeu e realizou o site de crítica de cinema chamado *Feito por Elas*, com o intuito de “abordar de maneira educativa algumas das múltiplas sobreposições entre arte, em especial audiovisual e os campos políticos abarcados por gênero, corpo, sexualidade e feminismo”. Essa prática interdisciplinar de mulheres do universo acadêmico reúne diferentes instituições para a crítica feminina do cinema feito por mulheres e atinge públicos diversos através de aplicativos e ferramentas como o *Facebook*, *Twitter*, *Instagram*, *Letterboxd* (rede social própria para o cinema), *newsletter*, *streaming*, *links*, notícias e artigos – todos abrigados em um sítio próprio, o *Feito por Elas* (www.feitoporelas.com.br), além do *podcast* de mesmo nome.

Por fim, através de um mosaico artístico, o projeto de extensão AntropoArte se vincula aos moradores da favela Margem da Linha, em Campos dos Goytacazes/RJ, reveladora de uma realidade urbana desigual intensamente vivida e significada por seus habitantes. Dando continuidade a uma pesquisa precedente, Catherine Reginensi apresenta os bastidores desse projeto, que abarca múltiplas expressões visuais, como desenho, fotografia, artes cênicas e performance, unidas a técnicas convencionais da Antropologia, a exemplo de entrevista, oficinas de expressão e debates, pesquisa documental, observação sistemática e caminhadas. A intensa experiência participante provocada envolve os jovens de um coletivo de arte local (o grupo Oriundo), a população da favela, a autora, estudantes de ciências sociais agentes locais e profissionais externos convidados.

Como a favela pensa seu território, notadamente após a experiência de remoção de alguns de seus integrantes para conjuntos habitacionais situados nas suas imediações? Como ela se recompõe cotidianamente diante da fissura constituída entre os que se deslocaram e os que permaneceram nas ruínas do que deveria ser tornar um bairro desocupado? AntropoArte exprime a antropologia envolvida com a



resistência, a remoção e a transformação dos territórios locais através da arte.

Por meio do conjunto de artigos ora reunidos, este dossiê pretende subsidiar e estimular novas reflexões a respeito da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão na formação acadêmica em Antropologia e em áreas conexas. O momento de sua edição não poderia ser mais conveniente, tendo em vista que antropólogos e antropólogas, quer no exercício da pesquisa ou da docência, quer pratiquem ou não atividades extensionistas, não podem se furtar aos debates instaurados por força das diretrizes recentemente instituídas¹ para incorporar e ampliar a extensão nas matrizes curriculares dos cursos de graduação no Brasil.

¹ A Resolução nº 7/2018 da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação determina que a extensão deve representar, no mínimo, dez por cento do total da carga horária curricular dos cursos de graduação oferecidos no país.

